

Casa do Povo de St. António das Areias

Anexo

31 de dezembro de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis	14
7	Locações.....	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos	14
9	Inventários	15
10	Rédito	15
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
12	Imposto sobre o Rendimento	16
13	Benefícios dos empregados	16
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
15	Outras Informações	16
15.1	Investimentos Financeiros	16
15.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
15.3	Clientes e Utentes.....	17
15.4	Outras contas a receber.....	17
15.5	Diferimentos	17
15.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
15.7	Fundos Patrimoniais	17
15.8	Fornecedores	18
15.9	Estado e Outros Entes Públicos	18
15.10	Outras Contas a Pagar.....	18
15.11	Subsídios, doações e legados à exploração	18
15.12	Fornecimentos e serviços externos	18
15.13	Outros rendimentos.....	19
15.14	Outros gastos	19
15.15	Resultados Financeiros	19

15.16 Acontecimentos após data de Balanço..... 19

1 Identificação da Entidade

A “Casa do Povo de St. António das Areias” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “” com estatutos publicados no Diário da República n.º , Série II, com sede em Avenida 25 de Abril Nº 19, em Santo António das Areias, tem como finalidade a satisfação das necessidades básicas da população do concelho em geral, e dos seus associados e utentes, em particular.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS	499,405,45
Outros Ajustamentos (Subsídios ao investimento)	373,439,66
Total de Ajustamentos	373,439,66
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	872,845,11

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS	-6,496,24
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	-6,496,24

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	6
Programas de Computador	6

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 40
Equipamento básico	8 a 16
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Activos fixos tangíveis	4 a 16

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados a pelo custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Bens Imóveis	626.194,77					626.194,77
Total	626.194,77	0,00	0,00	0,00	0,00	626.194,77

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Bens Imóveis	626.194,77					626.194,77
Total	626.194,77	0,00	0,00	0,00	0,00	626.194,77

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Edifícios e outras construções	1.215.797,84	2.898,00		496.552,19		1.715.248,03
Equipamento básico	149.287,67	531,98		44.789,48		194.609,13
Equipamento de transporte	60.818,56					60.818,56
Equipamento administrativo	25.177,76	2.279,98		2.795,77		30.253,51
Outros Ativos fixos tangíveis	15.631,40	2.549,99				18.181,39
Total	1.466.713,23	8.259,95	0,00	544.137,44	0,00	2.019.110,62
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	216.740,79	52.543,26				269.284,05
Equipamento básico	70.391,25	10.190,73				80.581,98
Equipamento de transporte	56.966,98	1.925,79				58.892,77
Equipamento administrativo	20.519,82	2.223,25				22.743,07
Outros Ativos fixos tangíveis	8.923,27	1.438,59				10.361,86
Total	373.542,11	68.321,62	0,00	0,00	0,00	441.863,73

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Edifícios e outras construções	1.715.248,03					1.715.248,03
Equipamento básico	194.609,13					194.609,13
Equipamento de transporte	60.818,56					60.818,56
Equipamento administrativo	30.253,51	602,70				30.856,21
Outros Ativos fixos tangíveis	18.181,39	1.303,80				19.485,19
Total	2.019.110,62	1.906,50	0,00	0,00	0,00	2.021.017,12
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	269.284,05	52.627,84				321.911,89
Equipamento básico	80.581,98	10.204,20				90.786,18
Equipamento de transporte	58.892,77	1.925,79				60.818,56
Equipamento administrativo	22.743,07	2.424,11				25.167,18
Outros Ativos fixos tangíveis	10.361,86	1.589,36				11.951,22

Total	441.863,73	68.771,30	0,00	0,00	0,00	510.635,03
-------	------------	-----------	------	------	------	------------

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	799,52					799,52
Total	7.236,72	0,00	0,00	0,00	0,00	7.236,72
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	399,60	133,20				532,80
Total	6.836,80	133,20	0,00	0,00	0,00	6.970,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	799,52	867,15				1.666,67
Total	7.236,72	0,00	0,00	0,00	0,00	8.103,87
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	6.437,20					6.437,20
Programas de Computador	532,80	422,57				955,37
Total	6.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.392,57

7 Locações

A Entidade não detinha os quaisquer ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	40.604,01	352.418,43	392.955,66	44.594,32	392.965,35	437.559,67
Total	40.604,01	352.418,43	392.955,66	44.594,32	392.965,35	437.559,67

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.304,56	76.720,18	0,00	1.935,28	85.869,64	0,00	2.997,01	
Total	2.304,56	76.720,18	0,00	1.935,28	85.869,64	0,00	2.997,01	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				77.089,46			84.807,91	

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	337.320,15	237.093,64
Quotas e joias	4.373,00	4.266,00
Total	341.693,15	241.359,64

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
ISS	151187,16	157041,14
IEFP	2243,59	6518,36
POISE	85481,78	84455,39
Autarquias	26200	26200

Total	265112,53	274214,89
--------------	------------------	------------------

12 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

13 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 29 pessoas, e em 2016 de 24 pessoas.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	251.106,50	222.746,45
Encargos sobre as Remunerações	56.006,01	48.414,64
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.381,40	2.593,57
Outros Gastos com o Pessoal	1.196,51	4.980,57
Total	311.690,42	278.735,23

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Outros investimentos financeiros(FCT)	2.134,19	1.478,67
Total	2.134,19	1.478,67

15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Quotas	14.168,00	12.973,00
Total	14.168,00	12.973,00

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	2.197,89	1.748,19
Total	2197,89	1748,19

15.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	67.003,82	25.504,97
Outros Devedores	12898,18	13.336,67
Total	79902,2	38841,64

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1556,36	1615,37
Outros	12885,72	11904,05
Total	14442,08	13519,42

15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	59,33	79,44
Depósitos à ordem	15378,79	15590,4
Total	15438,12	15,669,84

15.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	422.437,95	0,00	0,00	422.437,95

Resultados transitados	61.681,16	15.404,82	0,00	77.085,98
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.288.479,49	0,00	-44.450,61	1.244.028,88
Total	1.772.598,60	15.404,82	-44.450,61	1.743.552,81

15.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	57.295,00	23.658,00
Total	57.295,00	23.658,00

15.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.942,69	2.904,85
Total	2.942,69	2.904,85
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	503,75	878,73
Segurança Social	9.134,40	7.081,52
Total	14320,75	7960,25

15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações		0,00		44,16
Fornecedores de Investimentos		4.142,63		3.858,50
Credores por acréscimo de gastos		30625,14		31695,27
Outros credores		87,98		0
Total	0,00	34855,75	0,00	35597,93

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	238.912,53	248014,89
Subsídios de outras entidades	26.200,00	26200
Doações	4670,58	
Total	269.783,11	274214,89

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	55.511,74	42.514,08
Materiais	8.505,22	8.317,48
Energia e fluidos	53.825,10	39.538,13
Deslocações, estadas e transportes	1.766,44	2.654,97
Serviços diversos	47.933,63	36.679,70
Total	167.542,13	129.704,36

15.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	3.896,33	3.063,31
Rendimentos em investimentos não financeiros	35.879,78	31.400,60
Outros rendimentos	44.665,77	50.504,05
Total	84.441,88	84.967,96

15.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	12.160,33	1.784,79
Outros Gastos	2.581,77	7.565,14
Total	14.742,10	9.349,93

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	17.420,26	19.978,05
Outros gastos e perdas de financiamento	1.991,28	1.825,82
Total	19.411,54	21.803,87
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-19.411,54	-21.803,87

15.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Existência
Camilo
[Handwritten signature]

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas em Assembleia Geral de 27/03/2018.

Santo António das Areias, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature of the Certified Accountant]

A Direcção

[Handwritten signature of the Director]
[Blank line]
[Blank line]
[Handwritten signature]

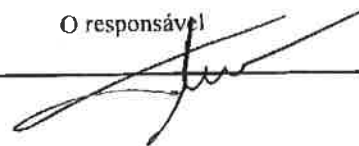
Casa do Povo de St. António das Areias
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 500999015
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1.510.382,09	1.577.246,89
Bens do património histórico e artístico e cultural		626.194,77	626.194,77
Ativos intangíveis		711,30	266,72
Investimentos financeiros		2.134,19	1.478,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2.139.422,35	2.205.187,05
Ativo corrente			
Inventários		2.997,01	1.935,28
Créditos a receber		2.197,89	1.748,19
Estado e outros entes públicos		2.942,69	2.904,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		14.168,00	12.973,00
Diferimentos		14.442,08	13.519,42
Outros ativos correntes		79.902,00	38.841,64
Caixa e depósitos bancários		15.438,12	15.669,84
		132.087,79	87.592,22
		2.271.510,14	2.292.779,27
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		422.437,95	422.437,95
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		77.085,98	61.681,16
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1.244.028,88	1.288.479,49
		1.743.552,81	1.772.598,60
Resultado líquido		28.530,17	15.404,82
Total dos fundos patrimoniais		1.772.082,98	1.788.003,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		57.295,00	23.658,00
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		14.320,75	7.960,25
Resultados disponíveis		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		392.955,66	437.559,67
Outras contas a pagar		34.855,75	35.597,93
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		499.427,16	504.775,85
		499.427,16	504.775,85
Total do passivo		499.427,16	504.775,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.271.510,14	2.292.779,27

A Direção

O responsável



Casa do Povo de St. António das Areias
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 500999015

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		341.693,15	241.359,64
Subsídios, doações e legados à exploração		269.783,11	274.214,89
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		84.807,91	77.089,46
Fornecimentos e serviços externos		167.542,13	129.704,36
Gastos com o pessoal		311.690,42	278.735,23
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		84.441,88	84.967,96
Outros gastos		14.742,10	9.349,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		117.135,58	105.663,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		69.193,87	68.454,82
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		47.941,71	37.208,69
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		19.411,54	21.803,87
Resultados antes de impostos		28.530,17	15.404,82
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		28.530,17	15.404,82

